

## **O patronato São Bento e “a campanha do menor” (1955-1969)**

Márcia Spadetti Tuão da Costa

**Resumo:** O Patronato São Bento foi instituído em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro na década de 1950 e atendeu a uma demanda urbana que o estabeleceu numa gleba do Núcleo Colonial São Bento. Desde o início, o projeto do Patronato foi direcionado por sujeitos da sociedade civil e da sociedade política através de uma “Campanha do Menor” instituída pela imprensa local numa tentativa de controle sobre uma determinada infância. Procuramos relacionar as marcas da referida instituição com as políticas implementadas ao longo do tempo em nível nacional. Para isso, entrecruzamos os jornais locais com os documentos do Patronato São Bento como fontes para entendermos a sua criação e o estabelecimento da mesma para uma determinada infância que estava imbricada com o controle do território e a questão urbana que se delineava na cidade, atrelada ainda, ao movimento ruralista na política educacional fluminense. Como referencial teórico, utilizamos Antonio Gramsci para entender como diferentes agências e agentes conformaram o perfil de Estado ampliado. Dialogamos com Saviani (2013) sobre os processos de institucionalização do Patronato, além do debate apresentado por Sonia Regina de Mendonça (2007) sobre a inserção do projeto ruralista destinado a essa instituição. Souza (2014) ajudou a compreender esse projeto na localidade. Esse estudo permitiu o entendimento sobre as peculiaridades perpassadas por diferentes disputas entre classes, relacionadas com a função social desse território, os comprometimentos com o projeto ruralista e urbano-social de “limpeza” de Duque de Caxias.

**Palavras-chave:** Núcleo Colonial; Duque de Caxias; Patronato; Menor; Igreja Católica.

## **The patronato São Bento and “the minor campaign” (1955- 1969)**

**Abstract:** The Patronato São Bento was instituted in Duque de Caxias, in Rio de Janeiro in the 1950's and met urban demand that established it in area of São Bento Colonial Core. From the beginning, the Patronage Project was directed by people from civil society and political society through a “Minor Campaign” instituted by the local press in an attempt to control a certain childhood. We seek to relate the brands of this institution with policies implemented over time at the national level. In order to this, we interwoven the local newspapers with the Patronato São Bento documents as sources to understand its creation and the establishment of the same for a certain childhood that was imbricated with the control of the territory and the urban question that was outlined in the city, still linked, the ruralist movement in the education of Rio de Janeiro. As a theoretical reference, we used Antonio Gramsci to understand how different agencies and agents conformed the expanded Amplified State. We spoke with Saviani (2013) about the processes of institutionalization of the Patronato, in addition to the debate presented by Sonia Regina de Mendonça (2007) on the insertion of the ruralist project destined to the institution. Souza (2014) helped to understand this project in the locality. This study allowed us to understand the peculiarities of different class disputes, related to the social function of this territory, and the compromises with the Duque de Caxias rural-urban-social “cleaning” project.

**Keywords:** Colonial Core; Duque de Caxias; Patronato; Minor; Catholic Church

## O Patronato e o Núcleo Colonial

A historiografia sobre a Baixada Fluminense nem sempre se debruçou sobre a intervenção do projeto ruralista nas políticas educacionais da região, o que também é verificado na historiografia fluminense. É justamente nesse aspecto que o estudo do Patronato São Bento se insere: primeiramente, por estar localizado dentro de um núcleo colonial e numa fazenda, onde a educação agrícola era aplicada aos meninos internos. Em seguida, por ser criado para responder à demanda urbano-social como uma maneira de minimizar os conflitos entre o rural e o urbano de um município.

Foi nesse contexto que o Patronato São Bento foi fundado em 1959, localizado na antiga Fazenda São Bento, comprada pelos Beneditinos em 1591, tendo sido um importante núcleo da colonização da região. Em 1932, através do Decreto nº 22.226, o governo criou o Núcleo Colonial São Bento,<sup>1</sup> encarregado por lotear a Fazenda, colonizar, desobstruir o Rio de Janeiro e garantir o seu abastecimento alimentar. O Núcleo Colonial São Bento contava com 503 funcionários distribuídos entre as sete glebas, além do administrador. Esses funcionários eram distribuídos em diferentes funções. Nesse território, foi posteriormente fundado o Patronato, com um administrador e uma guarita na entrada e funcionou nas décadas de 1930 a 1960 (SOUZA, 2014).

Notamos nesse espaço, as marcas do projeto ruralista fluminense quanto à fixação do trabalhador nacional para reduzir o quantitativo da massa desempregada da cidade, e a transferir para o interior ou periferia, assim como a conformação de controle desse espaço que compõe a Baixada Fluminense, ao mesmo tempo em que se apresenta como fornecedor de alimentos para a subsistência do centro urbano do Distrito Federal. Dessa maneira, identificamos um novo moderador das relações sociais em consonância com o que acontecia em nível nacional, de acordo com as pesquisas realizadas por Mendonça (1997). Percebemos, assim, que a Baixada Fluminense, em especial o

---

<sup>1</sup> Neste período, a cidade de Duque de Caxias ainda era um distrito de Iguaçu, sendo emancipada em 31 de dezembro de 1943.

município de Duque de Caxias, apresentou-se como um local de implementação das políticas públicas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - MAIC (GONZAGA; SOUZA, 2011).

O Patronato São Bento foi uma instituição criada pela Associação Beneficente de Menores (ABM), em Duque de Caxias. A ABM foi fundada pela Mitra Diocesana de Petrópolis, em 25 de novembro de 1955,<sup>2</sup> e era composta pela sociedade civil, com cunho filantrópico e vinculada à Igreja Católica Apostólica Romana. Para que sua finalidade fosse alcançada, a ABM criou um patronato que ao longo dos anos, foi modificando a sua forma de atuação e intervenção, com alterações no projeto institucional em todas as áreas, devido à alteração da atuação da Igreja Católica Apostólica Romana, das políticas públicas e do poder local da região, assim como dos debates nacionais sobre a infância e a juventude empobrecida.

Salientamos que os Patronatos Agrícolas surgiram a partir da Abolição da Escravatura (1888) para atenderem, inicialmente, a procura por mão de obra no setor agrícola e de certa maneira, a propalada “crise” instalada nesse período. Na reorganização das classes produtoras nesse momento, destacaram-se duas entidades, uma formada no eixo São Paulo – SPA (Sociedade Paulista de Agricultura); outra, no eixo Nordeste, Sudeste e Sul – SNA (Sociedade Nacional de Agricultura). Ambas foram criadas no final do século XIX e enfrentavam dificuldades concretas no mercado internacional, além de apresentarem posicionamentos diferenciados para sua superação. A SPA apostava no trabalho agrícola com os imigrantes, enquanto a SNA, no “trabalhador nacional”<sup>3</sup> com formação educacional, além de uma atuação do Estado. A primeira representava o poder hegemônico do Estado enquanto a segunda, “um eixo alternativo de poder na Primeira República” (MENDONÇA, 2010).

A necessidade de utilizar o “trabalhador nacional” pelos ruralistas fluminenses, devido à falta de recursos para importação de imigrantes, implicou a construção de um discurso da necessidade de “educar esse trabalhador” para superação da crise agrícola, capacitando-o em novos métodos de trabalho com uma mentalidade de valorização do trabalho agrícola e de fixação no campo (MENDONÇA, 2010).

---

<sup>2</sup> CEPEMHed, Acervo do Patronato São Bento Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.9, caixa 003, 1956. O arquivo do Patronato São Bento está salvaguardado provisoriamente no CEPEMHed. A partir desse ponto, as fontes utilizadas desse acervo não terão a indicação do CEPEMHed, assim como o nome do acervo.

<sup>3</sup> Sua principal característica seria a reatualização de formas de trabalho compulsório no imediato pós abolição, assegurada por uma indissolúvel, ainda que contraditória, aliança entre proprietários agrários e Estado (MENDONÇA, 2010, p 26).

A estratégia oficial utilizada para fixar esse “trabalhador nacional” foi através do MAIC, com a criação de Aprendizados Agrícolas (AAs) e posteriormente, Patronatos Agrícolas (PAs). Em 1918, com o crescimento populacional das cidades, o MAIC criou os PAs com uma atuação paliativa para a questão social urbana. Sônia Regina de Mendonça (2007, p. 26) apresentou essa questão quando falou sobre os grupos assistidos, que eram “recrutados pelos Chefes de Polícia e Juizes da cidade do Rio de Janeiro, a Capital Federal – auto-proclamados como ‘guardiões’ da ordem social. Estabelecia-se assim, uma triangulação entre o Ministério da Agricultura, o Poder Judiciário e a Polícia do Distrito Federal” (MENDONÇA, 2007, p. 26). Ao assumir esse papel de “limpeza” das cidades (MENDONÇA, 2007), os PAs passaram para a jurisdição do Ministério da Justiça no início do século XX.

Com o passar do tempo os PAs passaram de símbolo dos ideais de formação e regeneração de uma determinada infância a “centros indesejáveis” (RIZZINI, 1995). Entendemos que, mesmo que o Patronato São Bento tenha sido fundado na década de 1950, salientamos o que houve de específico, de permanência ou de ruptura na experiência dessa instituição.

Cabe, então, evidenciar que o Núcleo Colonial foi uma marca do projeto ruralista estabelecido na cidade de Duque de Caxias, para atender a uma política de Estado na década de 1930. Para isso, é significativa a compreensão do fato de que o Estado Novo consolidou um novo estilo de participação política e de relações entre as agências do Estado e da sociedade civil (MENDONÇA, 1986). Assim, Mendonça (1986, p. 22) afirmava que coube ao Estado “a tarefa de executar a modernização da economia” a partir de uma “intervenção econômica que assegurasse a produção nacional e o bem-estar da Nação”.

Desse modo, o projeto econômico do pós-1930 necessitava das divisas geradas pelo setor agrário exportador, para investir na industrialização. Cabe então, observar a importância que foi mantida, no Estado do Rio de Janeiro para esse setor. Rui Aniceto Fernandes (2009), ao ressaltar a permanência da “vocação agrícola” em sucessivos governos fluminenses entre as décadas de 1930 e 1950, também investigou os investimentos que esses grupos políticos fizeram na escrita da história local fluminense. Assim como, a implementação de escolas por meio de convênios com as municipalidades, ou seja, um projeto ruralista vinculado à educação, que também era oferecida aos meninos internos do patronato, assim como aos moradores do Núcleo Colonial através da escola sediada no Patronato e a atuação de Amaral Peixoto (1939-

1945) e o interventor da cidade, seu primo, Heitor Luiz do Amaral Gurgel (1944-1945). Essas ações possibilitaram a hegemonia desses que ocupavam o poder.

### **A imprensa e a campanha em favor do “menor”**

O jornal *Folha da Cidade*, através da atuação de Ruyter Poubel, foi um instrumento potencializador e aglutinador de diferentes agências que cooperaram na criação da ABM e, posteriormente, na institucionalização do Patronato São Bento. Identificamos uma intensificação das questões que contribuíram para a construção de uma ideia de que a organização da sociedade civil, unida à sociedade política para a construção de um patronato, seria a solução para os problemas de ordenamento que a cidade enfrentava naquele momento, principalmente em relação a essa determinada infância que perambulava pelas ruas. Esse indicativo era apresentado desde o início da circulação do jornal no município, a necessidade de criação de um espaço de internamento dos menores.<sup>4</sup>

Foi assim iniciada a Campanha com as notícias referentes ao movimento que cresceria na cidade. É importante percebermos os agentes que estavam envolvidos nesse processo, integrantes da sociedade política e civil local. Outras matérias na mesma edição continuaram a ser apresentadas no jornal com destaque, como o levantamento feito pela Delegacia de Polícia da cidade, que trazia o quantitativo dessas crianças que viviam nas ruas.<sup>5</sup> Esse balanço foi apresentado pelo Delegado de Polícia, Dr. Amil Reichard, na segunda reunião convocada pela *Folha de Caxias*, para tratar da temática do “menor desamparado”. Embora, o delegado alegasse que esse era um “problema” que todo o país sofria, o Dr. Nei afirmava que havia especificidades no município.<sup>6</sup> O jornal fazia o relato sobre a primeira reunião com a data, o horário, o local em que havia acontecido e o nome das autoridades presentes.

Notamos que nesse primeiro momento, não houve menção à Igreja Católica Apostólica Romana, pois não havia representante da mesma nessas primeiras reuniões. Havia detalhes do que foi debatido nesse primeiro encontro, como a maneira pela qual o delegado chegou aos números apresentados. Cabe salientar que essas não eram

---

<sup>4</sup> POSTO EM LIBERDADE O ASSALTANTE: TERÁ SERVIDO MAIS ESTA LIÇÃO?. Jornal *A Folha de Caxias*, 25 out. 1953; MENORES NO CINEMA. Jornal *Folha de Caxias*, 1 maio 1955.

<sup>5</sup> BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. Jornal *Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

<sup>6</sup> BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. Jornal *Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

reuniões da ABM ainda e que o objetivo das reuniões era sempre exposto, a criação “[...] de um Patronato Agrícola e Profissional [...]”.<sup>7</sup>

O jornal anunciava sempre a presença e ações importantes do diretor do Jornal, Ruyter Poubel, que a cada matéria sobre o assunto do “menor”, confirmava que era um movimento incentivado pelo jornal, “[...] tudo faremos em busca de uma solução, com o Governo ou sem o Governo, [...]”.<sup>8</sup> Essas foram a primeira de muitas outras reuniões descritas no jornal. A cada reunião, uma nota era publicada com um breve resumo em que eram apresentadas as discussões, as dificuldades, as ações seguintes e, ao mesmo tempo, convocava aqueles que não haviam se incorporado no processo ainda.

Além das possibilidades de lugar para a construção do Patronato, o delegado Dr. Amil Nei Reichard, ainda, havia conseguido um auxílio federal para a instituição, “esse nobre empreendimento”. Uma das reuniões que foi fundamental para os rumos da história do Patronato São Bento foi a visita das autoridades à Cidade dos Meninos para conversarem com o capelão da mesma, Dom Odilão Moura, a respeito da possibilidade do Mosteiro da antiga Fazenda São Bento, abrigar “os menores abandonados”.

Nesse relato, era dito que por iniciativa do jornal local, “havia sido lançada a ideia da fundação de um patronato em Caxias e que se chegou à conclusão de que a Fazenda de São Bento era muito apropriada para isso;”.<sup>9</sup> O delegado já havia conversado com o presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) que indicou “o Frei Odilão”.<sup>10</sup>

Diante do relato do delegado, o jornal apontava o posicionamento do sacerdote sobre sua posição favorável, mas que o bispo diocesano de Petrópolis, Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra,<sup>11</sup> daria a palavra final.

Outras reportagens incitavam o apoio ao empreendimento considerado com êxito, “vitoriosa a iniciativa da Folha de Caxias em prol do Patronato de Menores” com “todas as autoridades municipais solidárias com o movimento humanitário”.<sup>12</sup> Na

---

<sup>7</sup> BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. *Jornal Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

<sup>8</sup> BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. *Jornal Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

<sup>9</sup> CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

<sup>10</sup> CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

<sup>11</sup> CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

<sup>12</sup> É UMA GRANDE VITÓRIA DA SOCIEDADE CAXIENSE. *Jornal Folha de Caxias*, 26 jun 1955.

mesma edição,<sup>13</sup> o jornal repercutia seu êxito, pois o município disporia “de um patronato agrícola de menores desvalidos”, que contou com o apoio de autoridades e da opinião pública. Inúmeras reportagens como “A Campanha do Menor”<sup>14</sup> descreviam as decisões e os encaminhamentos para a consolidação do Patronato. As reuniões, os resultados das mesmas, os encaminhamentos, as negações, as mudanças de planos diante dos indeferimentos e as autoridades envolvidas, todas essas questões eram divulgadas.

Apresentavam, também, o estudo feito por Dom Odilão, que resultou na criação dos Estatutos da Associação Beneficente de Menores.<sup>15</sup> Diante disso, em 1955 ainda, tivemos o lançamento da pedra angular do Patronato e a continuidade das reportagens que tratavam, de forma efusiva, sobre as ações da ABM, até porque a Associação continuava empreendendo esforço para a construção de um espaço de internamento que não havia sido consolidado ainda no ano de sua instituição. Dessa maneira, a campanha pelo Patronato continuava constante no jornal e seguiu pelos anos posteriores.

As manchetes caracterizavam a atuação da ABM como um dos maiores movimentos já realizados no município.<sup>16</sup> Inúmeras reportagens sobre a ABM e as suas ações deram visibilidade ao movimento encetado no município. Essa divulgação das ações da ABM, atrelada ao movimento dos diferentes agentes contribuiu para a consolidação da instituição no município. Muitas dessas reportagens faziam referência à campanha em favor do “menor”, incentivada em diferentes momentos pelo jornal.<sup>17</sup>

Através das matérias que foram destacadas, percebemos a preocupação em imprimir uma imagem de civilidade no município que, embora tenha sido gestada nos grandes centros, ganhou as cidades do interior também. A proximidade do Centro de Duque de Caxias com a então, capital federal, o Rio de Janeiro, favoreceu as atuações para a manutenção da “ordem”, atrelada a ideia de “modernidade e civilidade”, uma vez que a população de Duque de Caxias aumentava em grandes proporções, assim como afirmou Gonçalves (2002) em suas pesquisas sobre o interior de Minas Gerais.

O jornal é uma fonte importante que no nosso caso, representou a elite local e a circulação da ideologia dominante, associada à legitimação do poder de um grupo sobre

---

<sup>13</sup> É UMA GRANDE VITÓRIA DA SOCIEDADE CAXIENSE. *Jornal Folha de Caxias*, 26 jun. 1955.

<sup>14</sup> A CAMPANHA DO MENOR. *Jornal Folha de Caxias*, 24 jul. 1955.

<sup>15</sup> EM MARCHA A CAMPANHA DO MENOR. *Jornal Folha de Caxias*, 25 set. 1955.

<sup>16</sup> -“A A.B.M. É O MAIOR MOVIMENTO DE APÓIO AO MENOR JÁ ENCETADO EM DUQUE DE CAXIAS. *Jornal Folha da Cidade* 16-17 set. 1956.

<sup>17</sup> CAXIAS SOFRE POR CAUSA DE MEIA DÚZIA – “TIO ALBINO” ELOGIA CAMPANHA DA “FOLHA DE CAXIAS” *Jornal Folha da Cidade*. 16-17 set. 1956.

o outro, assim como o seu poder de dominação. A educação e a profissionalização foram unanimidades que perpassaram todas as classes.

A Campanha empreendida pelo jornal fomentou e delineou aspectos do Patronato no município, assim como a necessidade do seu estabelecimento que apontou o internamento como solução. Da mesma forma que a idealização das primeiras reuniões quando ainda não era ABM, a campanha de construção do Patronato esteve atrelada, desde seu início à imprensa local, com diferentes manchetes que corroboraram a necessidade de tais feitos, assim como convocaram a opinião pública a acionar a sociedade política. Tudo isso atrelado à ordem e ao controle que deveria ser impresso nessa cidade, que crescia populacionalmente e aos olhos da capital federal. Nesse primeiro momento, não percebemos a Igreja, mas logo ainda no começo, a instituição se fez presente e centralizou a condução do Patronato e de forma consensual. Diante disso, evidenciamos que todas as matérias que foram apresentadas, contribuíram para a institucionalização da ABM e conseqüentemente, do Patronato.

### **O Patronato Agrícola e sua institucionalização**

Ao pensarmos o Patronato, dialogamos com Saviani (2007) para percebermos as continuidades e as rupturas na instituição, que é objeto dessa pesquisa. Sabemos que cada instituição representou e representa uma unidade de ação, como afirma Saviani (2007). O autor já citado, a partir da conceituação de instituição escolar, apresentou os aspectos constitutivos da mesma para possibilitar uma reconstrução histórica. Portanto, notamos a importância em entendermos a configuração dessas instituições ao longo do tempo, para compreender como as mesmas se constituíram para atender ao apelo do modelo capitalista, pois “o processo de institucionalização da educação é correlato do processo de surgimento da sociedade de classes [...] tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão de trabalho” como afirmou Saviani (2007, p. 9).

O Patronato São Bento, desde o seu nascimento, estabeleceu uma relação estreita com as esferas públicas de âmbitos municipal, estadual e federal, dada a sua própria natureza, ou seja, instituição privada de caráter filantrópico, com financiamento público e uma relação direta com o judiciário. Nos momentos de fuga ou de delito maior, a polícia também poderia ser acionada.

Saviani (2013a, p. 35) ao dizer que a instituição surge a partir de uma necessidade humana, assim como o Patronato São Bento: “Constituem-se como um sistema de práticas, com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados,

tendo em vista as finalidades por elas perseguidas” (SAVIANI, 2013a, p. 35). Desde sua origem até seu funcionamento, as instituições são transpassadas pelo aspecto social através da relação dos agentes que atuam no interior da mesma, como também da prestação do serviço à sociedade. Por esse motivo, no momento de institucionalização da ABM, logo no primeiro ano de sua atuação (1956) foi elaborado um estatuto com 66 artigos. O estatuto foi assinado por Francisco Corrêa (presidente), prefeito na época, assim como por Ruyter Cleves Poubel (secretário) e por D Odilão Moura, representante do bispo de Petrópolis.<sup>18</sup>

Saviani (2013a) afirmou que a instituição, para atender às necessidades humanas, realiza-se, num primeiro momento, de forma espontânea, ou seja, a atividade se desenvolve de maneira assistemática e indiferenciada, não distinguindo os seus elementos constitutivos. Num primeiro momento, houve a institucionalização da ABM, em 1955, com a vontade de organizar um local de internação de menores, objetivo esse que foi sendo constituído aos poucos. Inicialmente, fizeram formações semanais com o público-alvo, credenciaram os meninos com a elaboração de carteiras de identificação<sup>19</sup> e, apenas em 1959, instituíram um local de internamento para os menores: o Patronato São Bento,<sup>20</sup> correspondendo a uma educação de tipo secundário. Essas ações sistemáticas, com as reuniões formativas no início da ABM e posteriormente, com o espaço de internamento, caracterizaram a instituição como tipo secundário pelo fato de que a atividade primária é “inintencional”.

Cabe ainda esclarecer que, a partir das reflexões apontadas por Saviani (2013a), observamos que a ABM desenvolvia um trabalho pedagógico secundário, organizando e promovendo modalidades específicas de educação formal. Temos nesse aspecto, duas agências que se destacaram: a ABM e o governo, que instituiu no espaço de internamento, uma escola subvencionada ora pelo município, ora pelo Estado, ora pelo governo federal. Essa subvenção, destinada às instituições escolares que se estabeleceram no território do Patronato, ocorreu no plano da deliberação de professoras, noutros momentos, pelo fornecimento de merenda e, no início, com o próprio administrador do Núcleo Colonial São Bento ao assinar os certificados de promoção de cada série do antigo primário.

---

<sup>18</sup> Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.9, caixa 003, 1956.

<sup>19</sup> Relatório das Atividades da “Associação Beneficente de Menores” durante o ano de 1957, assinado por Dom Odilão Moura OSB (Do Conselho Social da ABM), PSB 083.1, caixa 003, 1958.

<sup>20</sup> Ofício expedido, assinado por Dom Odilão Moura OSB, PSB 040, caixa 002, 1959.

A partir das características apresentadas sobre instituição escolar, afirmamos que o Patronato São Bento é uma instituição educativa que responde a uma necessidade humana, vinculada à outra instituição — que é a ABM — associada à igreja. O Patronato é a ação organizada pela ABM para que a mesma atinja a sua finalidade, a fundação e manutenção de um estabelecimento de internação de menores, de acordo com Estatuto de 1956.<sup>21</sup> Logo, a ABM desenvolveu uma atividade educativa informal e através do Patronato, desenvolveu um trabalho pedagógico secundário, organizando e promovendo, de acordo com Saviani (2013a, p. 37), “modalidades específicas de educação formal com caráter permanente”.

Sinalizamos que o Patronato São Bento apresentou continuidade ao destinar a esse determinado grupo de meninos, uma educação de cunho profissionalizante como uma ação “regeneradora”. Embora haja algumas rupturas, essa é a instituição que foi desenhada naquele momento histórico para aqueles meninos considerados ora “abandonados”, ora “infratores”, inclusive com castigos físicos em alguns momentos.

Sob essa perspectiva, entendemos que “a educação equivale às operações fundamentais da hegemonia” (BUTTIGIEG, 2003, p. 47). Consequentemente, “as relações educacionais constituem o próprio núcleo da hegemonia”, que implicaram na investigação das atividades e das instituições educacionais para obtermos uma análise hegemônica. Assim, nem a hegemonia, nem a educação puderam ser pensadas apenas como relação escolar (BUTTIGIEG, 2003). Nesse aspecto, inseriu-se o nosso objeto, para entendermos suas atividades como instituição educacional de uma dada hegemonia.

Cabe ainda salientarmos que “uma das questões mais fundamentais e amplas” que sempre incomodaram Gramsci foi a discrepância entre a educação recebida pela classe mais abastada e as classes mais desfavorecidas da população, como também o precipício que separava os intelectuais do povo e a “ciência da vida”. Todos esses aspectos foram operações de hegemonia (BUTTIGIEG, 2003). Mais uma vez, nosso tema se inseriu nessa inquietação de Gramsci apresentada pelo autor, já que o Patronato se revelou como uma ação destinada a uma determinada infância. Inserimos, então, a teoria do *Estado ampliado* através da medida em que a classe dominante obteve/obtem e manteve/mantém seu poder na sociedade, pela habilidade na produção e organização do consenso, além da condução econômica, política, intelectual e moral da mesma, e não

---

<sup>21</sup> Estatutos da Associação Beneficente de Menores, sem assinatura, PSB 076.1, caixa 003, 1956.

somente pela imposição (ACANDA 2006). Nesse caso, identificamos esse processo nas relações estabelecidas no núcleo, através do projeto ruralista e sua inserção no campo educacional, que imprimiu um controle sobre as orientações ideológicas e culturais locais.

### **Referências Bibliográficas:**

- A ABM É O maior movimento de apoio ao menor já encetado em Duque De Caxias. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 4, n. 13, p.6, 16-17 set. 1956.
- A CAMPANHA do menor. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 68, p. 01, 24 jul. 1955.
- ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade Civil e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- BALANÇO TRÁGICO de Caxias: 800 crianças desamparadas. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, nº 62, p.5, 12 jun. 1955.
- BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-50.
- CADA MENOR abandonado terá o seu próprio lar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 63, p.1, 19 jun. 1955.
- CAXIAS SOFRE por causa de meia dúzia – “Tio Albino” elogia classes produtoras de caxias agradecem a “UH”, *Última Hora*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 924, p. 09, 7 ago 1962.
- EM MARCHA a campanha do menor. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 77, p.1, 25 set. 1955.
- É UMA grande vitória da sociedade caxiense . *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 64, p.5, 26 jun. 1955.
- FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e identidade fluminense*. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. 2009. Doutorado (História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, Civilização e Educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p. 197-225.

GONZAGA, Marisa e SOUZA, MarluCIA Santos de. As políticas ruralistas instituídas no atual território do município de Duque de Caxias (1900-1961). *Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: ano 10, n. 12, 2011, p. 58-70.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. *Estado, Educação Rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

POSTO EM liberdade o assaltante: terá servido mais esta lição? . *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano I, n. 10, p.4, 25 out. 1953,.

RIZZINI, Irma. Meninos Desvalidos e Menores Transviados: A Trajetória da Assistência Pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995, p. 243-298.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

\_\_\_\_\_. *Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil*. Campinas/SP: Autores associados, 2013a.

SOUZA, MarluCIA Santos de. *Escavando o passado da cidade: História política da cidade de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2014.